

As razões de um sociólogo

The reasons of a sociologist

BOUDON, Raymond. *A sociologia como ciência*. Petrópolis, Vozes, 2017. 173 pp.

Gabriel Peters

 <http://orcid.org/0000-0002-0595-2663>

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – PE, Brasil. E-mail: gabrielpeters@hotmail.com.

DOI: 10.1590/349906/2019

“Minha ambição era explicar o macro pelo micro e o micro por razões.” (p. 118)

Neste livro, Raymond Boudon revisita algumas etapas centrais do seu percurso intelectual, o qual impressiona em sofisticação analítica, substância empírica, versatilidade temática e fôlego interdisciplinar. Ao retrazar sua trajetória acadêmica, o autor francês sublinha, uma vez mais, as orientações teóricas e metodológicas fundamentais de sua sociologia: a busca de “teorias de médio alcance” acerca de fenômenos sociais bem delimitados, o individualismo metodológico como estratégia explanatória e o postulado de que as condutas individuais, cuja agregação engendra processos societários, são explicáveis pelas “razões” que motivam os atores a agir. Desde o próprio título do seu *memoir*, Boudon não deixa dúvidas quanto à sua crença de que as diretrizes intelectuais que pautaram seu próprio trabalho são aquelas que a sociologia, como tal, deveria seguir para ser digna do rótulo epistêmico de “científica”. Seria errôneo, no entanto, interpretar essa ideia como sintoma de arrogância solipsista por parte do autor, ainda que tal impressão possa ser alimentada por enunciados como “A sociologia científica existe; eu a encontrei” (p. 9). A frase que se segue a esse enunciado, assim como o livro *in toto*, evidenciam que Boudon não reclama para si o título de “criador” da sociologia científica, mas acredita genuinamente tê-la *encontrado* – “em minhas experiências, em minhas leituras, nos trabalhos de inúmeros sociólogos clássicos e modernos, em muitos estudos de meus colegas, amigos e estudantes” (p. 9).

O primeiro capítulo resgata os “anos de aprendizagem” (p. 13) de Boudon na sociologia, quando começou a se consolidar sua convicção de que os fenômenos sociais deveriam ser explicados pela combinação de ações individuais intencionais. Os primeiros contornos do individualismo metodológico do autor, que se juntaria à tese de que os indivíduos agem com base em razões e não devido a determinações inconscientes, já despontavam fora de compasso com a atmosfera estruturalista que dominava a França dos anos de 1960. Boudon também discrepava de muitos de seus colegas na sociologia pelo fato de que a indignação moral e a paixão política não estavam, a crer no seu depoimento, entre as motivações que o conduziram à disciplina. Graças à intermediação de Raymond Aron, cujo weberianismo liberal também o tornava ave rara diante do humor intelectual ambiente, Boudon pôde ir aos Estados Unidos para o que seria uma experiência decisiva de estudo com Merton e Lazarsfeld (1961-1962). A sociologia mertoniana forneceu a Boudon um exemplar de conjugação entre teorização e pesquisa que destoava tanto das abstrações estratosféricas da “*grand theory*” à la Parsons quanto de um rasteiro empiricismo desligado de quaisquer modelos explanatórios de alcance mais geral. O complemento lazarsfeldiano aparecia como um pacote de técnicas de pesquisa sociológica mediante as quais poderiam ser formuladas, aplicadas e testadas teorias de médio alcance sobre problemas de investigação bem delimitados. Os estudos de Lazarsfeld e seus colaboradores columbianos sobre mensagens midiáticas foram vistos por Boudon, ademais, como demonstrações convincentes dos limites do determinismo sociológico. O que valia para as respostas de receptores de mensagens midiáticas se aplicaria, Boudon viria a concluir, para o conjunto dos fenômenos de que trata a sociologia: os contextos societários condicionam as condutas intencionais, mas não as determinam mecanicamente, de maneira que os interesses e crenças dos indivíduos são variáveis *sine qua non* da explicação sociológica.

O capítulo 2 discute sua obra de sociologia da educação sobre *A desigualdade das oportunidades* (1981). Publicado em 1973, o livro obteve significativo impacto internacional devido, entre outras

coisas, à sua proposta de ir além de correlações estatísticas para captar os *mecanismos* gerativos que as explicavam (p. 59). Boudon se debruçou sobre um paradoxo que marcava várias sociedades ocidentais na década de 1960: a democratização do ensino, sobretudo nas suas faixas média e superior, aumentara o nível de instrução médio das populações como um todo, mas sem diminuir seja “a correlação entre a origem social e o nível escolar”, seja “a correlação entre a origem social e o estatuto social alcançado” (pp. 50-51). Sua explicação da persistência na desigualdade das chances conferiu um papel central às famílias dos estudantes. O aspecto decisivo da experiência no seio familiar não seria, no entanto, a prévia distribuição desigual dos saberes que favoreceriam o sucesso escolar, mas o fato de que a família serviria como *grupo de referência* para as ambições e decisões do estudante: “o que simboliza fracasso social para uma família é sucesso social para outra. [...] Uma família de nível social elevado cujo descendente tem chances de tornar-se professor de escolas verá nisso um fracasso, e uma família de operários uma conquista social. As crianças tendem a ter a mesma percepção que seus pais na hipótese em que o grupo de referência é o grupo de pertença” (pp. 55 e 57-58).

Boudon dá tamanha importância à problemática da racionalidade que dedica o miolo da obra, nos capítulos 3 e 4, às suas investigações sobre esse tema nos domínios da cognição e da normatividade. Ao dar à sua abordagem o nome de “Teoria da Racionalidade Ordinária” (TRO), ele quis destacar que não há uma diferença de natureza, mas apenas em grau de “refinamento” procedimental (p. 72), entre o raciocínio de senso comum e o raciocínio científico.¹ O autor francês concede à versão instrumentalista da teoria da escolha racional o mérito de se associar ao individualismo metodológico, em contraposição a modelos sociológicos que explicam a conduta como efeito de forças coletivas que operam “pelos costas” dos atores. Ao mesmo tempo, a evolução da obra de Boudon se ancora na ideia de que o individualismo metodológico, assim como o postulado da racionalidade como principal motor da conduta humana, não precisa se restringir a uma visão utilitarista da ação social. O autor propõe que o modelo instrumentalista da ação não dá conta

de todo um conjunto de condutas irreduzíveis ao cálculo autointeressado das consequências. Este seria o caso, por exemplo, das ações motivadas por princípios morais, como a obediência a uma norma coletiva (por exemplo, não furar fila ou não roubar) mesmo na ausência de qualquer ameaça de punição. Nesse sentido, as razões dos agentes não se reduziriam à adequação de meios a fins, mas orientariam a escolha dos próprios fins. Boudon subsume as formas instrumental e axiológica de racionalidade no seu conceito mais amplo de “racionalidade cognitiva”, o qual ele atrela ao postulado teórico de que os agentes atuam com base em um “sistema de razões” que fazem sentido para eles. Como de costume, o autor argumenta em prol da sua abordagem através da análise de um problema substantivo – nesse caso, por que as pessoas sustentam frequentemente crenças infundadas? Ao responder à pergunta pela via das razões contextuais que levam os agentes a sustentar tais crenças, Boudon se empenha em oferecer pelo menos duas lições analíticas mais gerais: 1) seu individualismo metodológico não se identificaria a qualquer *atomismo* cego ao caráter socialmente contextualizado da conduta humana; 2) seu postulado de uma racionalidade ordinária, operante em circunstâncias sócio-históricas particulares, seria capaz de tornar compreensíveis as razões pelas quais os agentes se apegam a “crenças duvidosas, frágeis ou falsas” (p. 71), explicando a existência de tais crenças sem apelar a determinismos estruturais ocultos ou a teorias da “falsa consciência”.

O capítulo 4 dá continuidade ao pleito de Boudon em favor da TRO. Ao apreender a operação da racionalidade cognitiva no senso comum e na ciência, assim como nos juízos de fato e de valor, ela superaria “o abismo que diversas tradições de pensamento ajudaram a cavar entre o pensamento ordinário e o pensamento científico, bem como entre o descritivo e o normativo” (p. 125). Aplicada à sociologia das ideias, a TRO também permitiria dar conta da relatividade histórica e cultural das crenças e valores humanos, mas sem comprometer o cientista social seja com o “irracionalismo analítico”, seja com o relativismo epistêmico e moral. Boudon critica o dualismo paretiano segundo o qual as crenças dos agentes que o cientista social

julgar válidas devem ser tidas como fundadas em razões (por exemplo, “os princípios de navegação colocados em prática pelos marinheiros gregos da Antiguidade” [p. 76]), enquanto aquelas que ele considera inválidas devem ser apreendidas como resultados de forças irracionais em sua psique (por exemplo, o fato de que esses mesmos marinheiros “tenham sacrificado a Poseidon antes de lançar-se ao mar” [p. 76]). Com o apoio de Tocqueville, Weber e Durkheim, Boudon defende que a análise da operação de crenças mágicas e religiosas em seu cenário histórico-cultural frequentemente mostra que, ali, os indivíduos possuem razões contextuais inteligíveis para acreditar no que acreditam.

Nesse sentido, Boudon defende, por exemplo, que a crença do antigo aborígene australiano nos efeitos reais da dança da chuva é tão racional quanto a confiança do indivíduo moderno nas indicações da meteorologia. Acaso isso significa que ele endosse uma posição relativista, segundo a qual ambas as crenças seriam igualmente válidas? Longe disso. Diferentemente do aborígene australiano que não foi apresentado a sistemas concorrentes de explicação do mundo, diz Boudon, o indivíduo moderno habita um contexto na qual uma teoria alternativa àquela que sustentava a dança da chuva emergiu e difundiu-se, ao parecer a um número cada vez maior de pessoas “repousar sobre razões mais aceitáveis” (p. 111) do que a crença em rituais mágicos. Nesse sentido, “compreendemos perfeitamente que alguns acreditem nos rituais de chuva, mas também temos razões para não acreditar nisso” (p. 112). O mesmo princípio antirrelativista valeria para as crenças normativas. Assim, por exemplo, compreender as razões contextuais pelas quais Aristóteles aprovou a escravidão obviamente não comprometeria o analista moderno a também aprová-la, já que o último está ciente de que a crença dos “gregos antigos” na impossibilidade de “que a agricultura pudesse abster-se de escravos” consistia em “uma ideia falsa” (p. 114).

No último capítulo do livro, Boudon examina o mito e a realidade da democracia francesa. Com efeito, se o jovem Boudon não começou sua carreira sociológica motivado pela insatisfação com a sociedade ao seu redor, o Boudon maduro via algo de podre no regime político da França: a ameaça

de tirania por parte de “uma pequena elite político-midiático-cultural atravessada por fenômenos de convivência” (p. 136). Uma das expressões dessa tirania de minorias apoiadas por grupos poderosos de influência seria, segundo Boudon, “o politicamente correto” (p. 146). Boudon depositava suas esperanças de resistência contra a tirania politicamente correta na rede mundial de computadores: “Graças à internet, o indivíduo que se sente oprimido pelo *politicamente correto* pode [...] colocar em prática seu direito fundamental de expressão. [...] a expressão espontânea na internet de uma miríade de opiniões divergentes em relação ao *politicamente correto* pode constituir uma força de resistência eficaz” (p. 148). Bem, para quem observou a reação ao “politicamente correto” alimentar fenômenos como Trump e o crescimento da extrema direita europeia, o alerta soado por Boudon nesse livro de 2010 pode parecer, no mínimo, unilateral.

E assim entramos em uma seara crítica. O que dizer das orientações analíticas mais gerais de Boudon? No que toca ao individualismo metodológico, o autor, salvo engano, jamais enfrentou um desafio decisivo lançado por Lukes (1977): se os defensores dessa estratégia analítica têm de se sair sempre com a habitual ladainha de lembretes (os indivíduos não agem em um vácuo sócio-histórico; suas liberdades de ação não são ilimitadas, mas delimitadas pelo contexto societal; suas condutas intencionais produzem frequentemente consequências não intencionais etc.), não causa mais confusão do que esclarecimento insistir em falar em *individualismo metodológico*? Nos trabalhos de Boudon, a insistência corresponde, é claro, a um alvo de combate: abordagens que tomam entidades coletivas à maneira de atores concretos dotados de vontade e consciência, reduzindo os indivíduos a marionetes governadas por forças coletivas que eles não compreendem nem controlam. Como viu Lukes (*Idem*, p. 176), entretanto, a bem-vinda oposição a esses holismos falaciosos não precisa importar na adoção do individualismo metodológico.

Ainda que pretenda explicar quaisquer fenômenos sociais como efeitos intencionais ou não intencionais de condutas individuais combinadas, Boudon sempre toma como pressuposto que tais condutas estão situadas em contextos societários

previamente dados. Sim, os contextos sociais que os atores em *t* têm de tomar como dados situacionais podem ser eles próprios explicados pela composição de ações individuais que deu origem a eles em *t - 1*. Tais condutas, no entanto, teriam elas mesmas de ser tomadas como situadas em um cenário social explicável pelas condutas em *t - 2...* e assim nos veríamos enredados em um problema do tipo “o ovo ou a galinha”. Eis o problema que visões dialéticas da relação entre estrutura e agência, como a teoria da estruturação de Giddens, preferem assumir como tal, sem tentar dissolvê-lo insatisfatoriamente nas alternativas unilaterais do individualismo ou do holismo metodológicos. Individualistas metodológicos têm toda razão em afirmar que mesmo fenômenos que pareçam pairar acima das cabeças dos indivíduos, como o “capitalismo” ou o “idioma português”, por exemplo, só adquirem continuidade histórica porque indivíduos concretos os reproduzem em suas ações. No entanto, querer explicar o macro exclusivamente pelo micro significa negligenciar – ou, o que é mais frequente, admitir de modo inconsistente – que o último *também é dependente* do primeiro; por exemplo, que o fato de um estranho poder obter de outro uma xícara de café em troca de um pedaço de papel tomado como dinheiro, com ambos associando ainda os mesmos sons aos mesmos sentidos, só é possível devido à experiência socializadora prévia dos dois com as macrorrealidades sociais a que nos referimos como “economia capitalista” ou “língua portuguesa”.

Na sua preocupação em enfatizar o poder explicativo da TRO, Boudon também dá a impressão de que seu compromisso com uma concepção racionalista dos motores subjetivos da conduta humana o impele a encontrar sempre, mais cedo ou mais tarde, algum artifício engenhoso para torná-la compatível com os fenômenos mais diversos. Boudon até admite que, no âmbito empírico, as razões da ação podem ser apenas “mais ou menos” conscientes e explícitas para os próprios atores, mas não vai muito além da defesa de uma “psicologia abstrata” (p. 88) que, segundo ele, deve ser avaliada em termos de utilidade metodológica mais do que de adequação ontológica.² Qualquer perspectiva que almejasse a um retrato tão realista quanto possível dos motores efetivos da conduta social, para além

das ficções heurísticas de uma psicologia simplificada, teria de prestar muito mais atenção à dimensão tácita e infraconsciente da subjetividade humana. Diante da ojeriza de Boudon a qualquer coisa que lembre causas “inconscientes” ou “ocultas”, vale dizer que a análise dessa dimensão poderia passar ao largo das “filosofias da suspeita”, que tanta suspeita inspiravam nele próprio (por exemplo, a teoria bourdieusiana do *habitus*). Tal análise poderia seguir, por exemplo, o caminho da teoria do “inconsciente cognitivo” ou “Sistema 1” tal como explorada no programa de pesquisa sobre “heurísticas e vieses” desenvolvido por Daniel Kahneman e Amos Tversky. A concessão do prêmio Nobel de economia a Kahneman, psicólogo de formação, pode ser lida como reconhecimento de um desafio contundente ao excesso de confiança analítica que economistas depositam (ou depositavam até então) na racionalidade humana – desafio advindo, portanto, do interior mesmo do que era a cidadela mais bem guardada da teoria da escolha racional. À luz da publicação do monumental *Thinking, fast and slow* (Kahneman, 2011), a tese boudoniana de que as descobertas psicológicas de Kahneman e Tversky seriam apenas um produto artificial de seus experimentos (pp. 82-87) soa pouco convincente.

Com efeito, se os exageros anti-intelectualistas de Bourdieu o levaram a submeter o *habitus* a uma carga excessiva de trabalho analítico, o modelo racionalista da subjetividade humana empregado por Boudon tende ao exagero contrário. Antecipando essa previsível acusação de intelectualismo, no entanto, o autor se defende:

Max Weber [...] já havia respondido a essa questão: “Não são os interesses, mas as ideias que dominam em primeira instância a ação humana”. [...] Durkheim [...] o teria aprovado: “O conceito que, primitivamente, é tido por verdadeiro porque é coletivo tende a deixar de ser coletivo se deixar de ser visto como verdadeiro: nós lhe pediremos seus títulos antes de dar-lhe nosso crédito”. Quanto ao grande antropólogo Robin Horton, ele não hesitou em qualificar a recusa do intelectualismo [...] [entre] inúmeros de seus colegas de *sinistro preconceito*³ (p. 116).

Diante do quanto Boudon preza o compromisso com o rigor científico e menospreza a “morosa” (p. 152) sociologia ensaística de um Beck ou um Bauman, é surpreendente deparar com tal substituição da argumentação propriamente dita por um misto de apelo à autoridade (“Assim falou Weber...”) e insultos de efeito. O expediente “autoridade + insulto” reaparece em outros momentos, como quando Boudon ataca a existência de um “imposto sobre fortuna” na França afirmando apenas que “um economista de renome” o “qualificou de *imbecil*” (p. 138). Poder-se-ia justificar as afirmações apodíticas, os apelos à autoridade e as adjetivações peremptórias presentes nessa obra pelo fato de que, em livros anteriores, Boudon já teria oferecido argumentos e evidências detalhados em prol de suas posições sociológicas e políticas. Ainda assim, essas deficiências são menos perdoáveis em um trabalho que reivindica para si um *status* científico enquanto o reputa inaplicável, é certo, a muito do que se faz nas chamadas “ciências sociais”. Como outros representantes da “sociologia analítica”, Boudon esposou com frequência a irritante tendência a sugerir que, fora de abordagens como a sua, o que restaria na sociologia contemporânea seria uma terra devassada por obscurantismo linguístico, denunciamento militante e outras mazelas.

Isso dito, não há dúvida de que este pequeno livro reconta a trajetória de um grande sociólogo, o que justifica que concluamos em uma chave positiva. Se Boudon demonstra notável má vontade para com boa parte da sociologia contemporânea, essa atitude contrasta luminosamente com a acolhida generosa que ele dispensa às contribuições da ciência social clássica. Neste livro, como de resto em toda a sua obra, o sociólogo francês mostra a relevância continuada das questões de pesquisa, ferramentas conceituais e achados analíticos de Weber e Durkheim, Marx e Simmel, Tocqueville e Tarde, Adam Smith e Schumpeter.⁴ Por fim, já que não precisamos repetir intrigas parisienses em paragens tupiniquins, poderíamos até chacoalhar dois mausoléus ao mesmo tempo e sublinhar que Boudon exhibe nesse texto, *mutatis mutandis*, algumas das mesmas virtudes cognitivas que encantam na obra do seu arquirrival Bourdieu: desenvoltura analítica, estofo empírico, variedade temática, alcance in-

terdisciplinar, entre outras. Ademais, em flagrante contraste com a rabugice do segundo para com os seus críticos (mesmo os mais simpáticos), o primeiro se mostrou bem mais gracioso no trato com as críticas competentes de seu pensamento. Isso é evidenciado, por exemplo, por suas citações elogiosas (pp. 21 e 61) dos trabalhos de Cynthia Hamlin, cujo *Beyond relativism* (2002) é não só a melhor reconstrução global do seu pensamento como também a mais vigorosa e, a meu ver, inteiramente válida crítica de seu individualismo metodológico. Eis um feliz indício de que Boudon não desaprovava que lições valiosas de seu pensamento fossem aproveitadas por abordagens distintas, calcadas em uma concepção mais plural de sociologia do que a que ele próprio defendeu.

Notas

- 1 Na edição brasileira, lê-se erroneamente que Boudon, contra Bachelard e o positivismo, “negava a existência de uma continuidade entre pensamento ordinário e pensamento científico” (p. 72). Na verdade, como podem intuir conhecedores da epistemologia bachelardiana, o que Boudon negava era a *descontinuidade* entre um e outro, como revela o original (2010, p. 51).
- 2 Tal psicologia abstrata “se limita efetivamente a fazer o comportamento emanar de mecanismos sumários, e de forma alguma visa a refletir a experiência dos indivíduos em sua complexidade concreta” (p. 28). Nesse sentido, ainda que Boudon viesse a ampliar sua concepção de ação racional para além do utilitarismo, ele continuou sustentando a tese epistêmica, já expressa em *Efeitos perversos e ordem social*, de que sua psicologia abstrata não deveria ser julgada “num plano ontológico, mas apenas num plano metodológico” (Boudon, 1979, pp. 232-233).
- 3 Tradução modificada por mim, já que a versão em português diz “sinistro prejuízo”. No original (2010, p. 84), Boudon cita a expressão de Horton na sua forma anglófona: “sinister prejudice”.
- 4 Uma leitura mais cínica poderia sugerir que, após se convencer de que o individualismo metodológico é boa sociologia, Boudon passou a reconhecer em toda boa sociologia o individualismo metodológico. Ainda assim, cabe ressaltar, essa orientação habilitou o autor a oferecer releituras notavelmente inteligentes dos clássicos. Exemplos são sua demonstração de

que, ao contrário do que reza o folclore pedagógico, há, sim, uma “psicologia” em operação no estudo de Durkheim sobre o suicídio (p. 28), bem como seu argumento (Boudon, 1979, p. 190) de que a teoria marxiana da queda tendencial da taxa de lucro, formulada no terceiro volume d’*O capital*, antecipa o formato explicativo de “efeitos perversos” na teoria da escolha racional: as condutas de cada agente individual que persegue racionalmente seu autointeresse contribuem para engendrar, quando combinadas, um efeito não desejado por todos eles.

BIBLIOGRAFIA

- BOUDON, Raymond. (1979), *Efeitos perversos e ordem social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BOUDON, Raymond. (1981), *A desigualdade das oportunidades*. Brasília, Editora da UnB.
- BOUDON, Raymond. (2010), *La sociologie comme Science*. Paris, La Découverte.
- HAMLIN, Cynthia. (2002), *Beyond relativism*. Londres, Routledge.
- KAHNEMAN, Daniel. (2011), *Thinking, fast and slow*. Nova York, Farrar, Straus & Giroux.
- LUKES, Steven. (1977), “Methodological individualism reconsidered”, in Steven Lukes, *Essays in social theory*, Londres, Macmillan.